



**MPV 784
00060**

CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMENDA Nº - CM

(Medida Provisória nº 784, de 2017).

Dispõe sobre o processo administrativo sancionador na esfera de atuação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários, altera a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999, a Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, a Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006, a Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, a Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, o Decreto-Lei nº 9.025, de 27 de fevereiro de 1946 e a Medida Provisória nº 2.224, de 4 de setembro de 2001, e dá outras providências.

EMENDA

Art. 1º Inclua-se onde couber a alteração ao art. 34 da Lei nº 4.595 de 1964 realizada pela Medida Provisória nº 784, de 2017:

“Art.XX. O artigo 34 da Lei nº 4.595 de 1964 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 34 É vedado às instituições financeiras conceder empréstimos ou adiantamentos a, ou garantir obrigações de, pessoa ligada:

§ 1º - Consideram-se pessoas ligadas à instituição financeira, para efeitos deste artigo:

I – Controladores, pessoas físicas ou jurídicas, nos termos do artigo 116 da Lei 6.404, de 1976;

II – os membros administradores de quaisquer órgãos estatutários, diretores e membros de conselho de administração ou outros órgãos consultivos e fiscais previstos no Estatuto Social;

III – os cônjuges, companheiros e os parentes, ou afins, até o segundo grau, das pessoas mencionadas nos incisos I e II;

IV – a sociedade em que alguma das pessoas referidas nos incisos I e II ou a própria instituição possua, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a dez por cento do capital social, salvo quando a referida participação se dê, direta ou indiretamente por meio de fundo de



CD/17541.60114-01



CÂMARA DOS DEPUTADOS

investimento com gestão discricionária por terceiro; ou na hipótese do fundo não ter gestão por terceiro, desde que não haja poder de controle na forma do art. 116 da Lei nº 6.404, de 1976.

V – o titular de dez por cento ou mais das ações com direito a voto da instituição financeira, e a sociedade por ele controlada, direta ou indiretamente; e

VI – no caso de instituição financeira pública, a pessoa jurídica de direito público que a controla, os diretores e membros de conselhos de administração, órgãos consultivos, fiscais e da instituição financeira, seus cônjuges, companheiros, parentes ou afins, até o segundo grau.

§ 2º - Excetuam-se da vedação de que trata o caput deste artigo:

I – as operações em que o valor esteja dentro dos limites fixados para a generalidade dos clientes da instituição e as condições sejam compatíveis com as de mercado;

II – as operações com empresas controladas pela União, no caso das instituições financeiras públicas federais;

III – as operações com subsidiárias em que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma consolidada, nos termos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional;

IV – os depósitos interfinanceiros regulados na forma do art. 4, XXXII, desta lei;

V – os demais casos autorizados pelo Conselho Monetário Nacional; ou

VI – as obrigações assumidas entre pessoas ligadas em decorrência de responsabilidade imposta a membros de compensação e demais participantes de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação autorizados pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários e suas respectivas contrapartes em operações conduzidas no âmbito de tais câmaras ou prestadoras de serviços.

§ 3º Considera-se também realizada com pessoa ligada, qualquer operação que caracterize negócio indireto, simulado ou mediante interposição de terceiro, com o fim de realizar operação vedada nos termos deste artigo.
(NR)

Art. 2º. Suprima-se o inciso II do art. 57 da presente Medida Provisória.



CD/17541.60114-01



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICATIVA

Propõe-se, alternativamente à sugestão de revogação do artigo 34 da Lei nº 4.595, que dispõe sobre vedação de operações que envolvam empréstimos, adiantamentos e garantias a pessoas ligadas, a manutenção do ilícito administrativo com a previsão das situações discutidas com a CNF no âmbito do PLS 102/07.

Entende-se que há maior segurança jurídica estabelecendo de forma clara e objetiva as regras na Lei nº 4.595 que estabelecem referidas vedações, especialmente considerando-se que foi mantida a previsão de crime para tais condutas nos termos da Lei nº 7.492.

Sala das Sessões, 14 de junho de 2017.

ALFREDO KAEFER
Deputado Federal



CD/17541.60114-01